



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35

**Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF**  
**Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**  
**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**14 de Setembro de 2022**

No décimo quarto dia do mês de Setembro de 2022, em 1ª chamada (início as 09h00) o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR se reuniu na sala de gestão, Fany Lerner, 7º andar do Palácio das Araucárias, sito à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná, através de *link* do meet: <https://meet.google.com/obt-pxga-nxr>. para a realização da Reunião Extraordinária com as seguintes pautas: 1.Retorno do pedido de vistas; 2. Análise do Saldo Livre do FIA. **Participação dos seguintes conselheiros (as): Conselheiros da SC: Vice-presidente:** Adriano Roberto dos Santos (Cavanis), Rodrigo Silva Bonfim e (HPP), Vivian Ramos Corrêa (ACRIDAS), David Walid da Rosa (AFECE), Débora Cristina dos Reis (APC), Renann Ferreira (Guarda Mirim), Isabella Menon (Canaã), Amanda Querino dos Santos (APAE), Alexandra Alves José (EPESMEL), Márcia Gonçalves Valim (suplente - EPESMEL), Nadir Aparecida Silva (AAMEC), Ires Damian (Ledi Mass) e Carolina Marcon Porte (APOFILAB). **Conselheiros governamentais: Presidente:** Juliana Muller Sabbag (DPCA/SEJUF), Antônio Carlos Dourado (Paraná Esporte), Joseli Collaço (Casa Civil), Desirré Barbosa Santiago (suplente - CASA CIVIL), Amália Regina Donegá (SETI), Sandra Cristina Ferreira (suplente – SETI), Juliany Souza dos Santos (SEJUF/DPCA), Carmen Zadra (suplente – SEJUF/DPCA), Denise Masson (suplente – SEJUF/DPCA), Christianne Lunardelli (SEEC), Eloise Zanon Garcia (SEJUF/DEASE), Renata Mareziuzek (SEJUF/DAS), Fernanda Crosewski (SESA), Ellen Victor M. Martins (SEPL), Lenise Rosseto da Silva (SEPL) e Jean Renato Colaço (ouvinte/ em tramitação); **Colaboradores e assessores:** Danielle Tuoto (MP/PR) e Lethicia Garidarj Silva (Defensoria Pública). **Recebimento de Justificativas:** Rosineide Frez e Lourival de Araújo Filho (SEED). **Apoios técnicos:** Juliana Muller (SEC/CEDCA), Viviane da Paz (GOFs/SEJUF) e Adriane Chede (GOFs/SEJUF). **Abertura:** Inicialmente o vice-presidente Adriano Roberto dos Santos (Associação Antônio e Marcos Cavanis), de acordo com o pedido de vistas a respeito dos saldos do FIA livre, instituído na reunião do dia 17 de agosto de 2022, sugeriu que todas as propostas e documentos fossem sempre encaminhados com antecedência a todos os conselheiros, como já deliberado e regimentado; a criação de um



36 instrumental padrão com base nos objetivos do OCA para alocação dos saldos em  
37 aberto; que os referidos documentos “remanejamento dos saldos fia” e “relatório  
38 comparativo” possam ser analisados em conjunto e anteriormente pelas câmaras de  
39 políticas e pela câmara do FIA e a ratificação da indicação da câmara de políticas para  
40 a realização da plenária extraordinária para discussão do documento “relatório  
41 comparativo”. Assim, a SEC Juliana Muller apresentou o instrumental utilizado  
42 anteriormente pelo colegiado, organizado de acordo com os eixos do orçamento  
43 criança. Sendo que após a destinação do orçamento alocado no FIA Livre, as  
44 propostas deverão ser apreciadas dentro das câmaras e posteriores discussões na  
45 plenária. Em seguida, a técnica do GOFS/SEJUF, Viviane da Paz apresentou a  
46 atualização do montante do FIA livre, a partir da última data de corte, 31 de agosto de  
47 2022. Das fontes 150 e 131 correspondem R\$82.715.902,65 somados à fonte 284,  
48 correspondente a R\$5.295.345,75. Sendo, portanto, a soma do FIA livre na data de  
49 corte de R\$88.011.248,50. A presidente, Juliana Sabbag (DPCA/SEJUF) apresentou a  
50 planilha com as deliberações atualmente válidas. Em relação às propostas das OSC  
51 alocadas nos orçamentos, foi feito um exercício dentro do DPCA e elaborou-se esse  
52 instrumental sobre o que já existe dentro dos eixos aprovados na deliberação 05/2022.  
53 Juliana elencou os tópicos tanto na deliberação 58/21, como na 06/22 e na 14/22, para  
54 que se perceba onde já há recurso e qual a proposta nesse momento de alocação.  
55 Todos esses valores são passíveis de apresentação de propostas do coletivo. Juliana  
56 Sabbag informou que ficou entendido a partir da leitura de recursos já disponíveis para  
57 ações, muitas das quais sem proposta, que caberia trabalhar com indicadores mais  
58 urgentes e concentrando recursos em algumas dessas áreas. Em visitas a algumas  
59 organizações da sociedade civil, tanto com uma equipe da auditoria da Controladoria  
60 Geral da União, quanto com o secretário para assinatura dos termos de fomento,  
61 houve um consenso de que o indicador maior da pós-pandemia é a fome. Há uma  
62 necessidade urgente de complementar à questão da alimentação dentro dos serviços  
63 que as crianças e adolescentes frequentam. Entendendo isso, o próprio Governo do  
64 Estado colocou um terceiro lanche nas escolas. É preciso uma composição de ação  
65 nas três esferas e diferentes políticas, mas entende-se que o Conselho tenha uma  
66 parte importante nisso: já houve apresentação do programa de segurança alimentar,  
67 uma transferência de renda no valor de R\$80,00 pras famílias. A proposta é, dentro da  
68 linha de atendimento à vida e saúde, alocar um valor de R\$31.250.000,00 para que se  
69 possa garantir esse repasse. Por óbvio, caso haja outra ação de segurança alimentar  
70 que seja viável, possível, exequível e que possa ter alocado o recurso, será feito. O



71 segundo grande grupo de atenção, focado, inclusive, nas diretrizes que se tem na  
72 própria legislação, diz respeito ao atendimento à primeira infância, linha focada no  
73 objetivo de vida e saúde. No ponto 2, algumas questões que indicam apoio a  
74 programas, projetos e serviços de apoio à primeira infância, bem como os hiatos e  
75 vazios assistenciais não terão alteradas suas deliberações, então será requisitado um  
76 aporte de recurso de R\$18.320.000,00 dos R\$69.000.000,00. Já está aprovada uma  
77 linha de repasse fundo a fundo e uma linha do direito a brincar, a proposta será  
78 apresentada no dia seguinte nas câmaras pelas equipes técnicas. A proposta de  
79 execução desse recurso e das suas composições serão apresentadas nas câmaras  
80 tanto de políticas quanto do FIA. Proposições para o eixo 2: ao atendimento à  
81 internação e restrição de liberdade, gostaríamos de garantir uma linha de  
82 R\$7.650.000,00. Hoje se solicita a garantia de recursos pras linhas do socioeducativo.  
83 No eixo 3, de convivência familiar e comunitária, o objetivo é aprimorar oferta e  
84 organização de ações, projetos e serviços que fortaleçam os vínculos das famílias  
85 natural, extensa, acolhedora e adotiva com ênfase na promoção de saúde mental e  
86 enfrentamento aos impactos da pandemia. Algumas ações deliberadas: Apoio a  
87 projetos, programas e serviços de apadrinhamento afetivo e projetos de preparação  
88 pras famílias, crianças e adolescentes para adoção: R\$1.000.000,00 na deliberação  
89 58; aprimoramento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: 5.000.000  
90 na deliberação 14. O aprimoramento do serviço de convivência e fortalecimento de  
91 vínculo, apoio a programas, projetos e serviços de ações voltadas ao fortalecimento  
92 dos vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes com deficiência, foi  
93 eixo da deliberação 52/2020, presente na formalização das 32 parcerias do eixo 5 do  
94 edital geral. Ações que fortaleçam os vínculos das famílias natural, extensa,  
95 acolhedora e adotiva com ênfase na promoção de saúde mental e enfrentamento aos  
96 impactos da pandemia, também foi eixo do edital geral, hoje já tem 2.000.000,00  
97 deliberados na 06, na divisão aprovada pela 14. As proposições da sociedade civil de  
98 expansão do programa família acolhedora: ações de apoio a famílias adotantes no  
99 valor de R\$4.847.052,74, e ações para programas de fortalecimento de vínculos,  
100 R\$6.924.361,06. No eixo 4, direito à educação, cultura, esporte e lazer, os objetivos  
101 principais são universalizar o acesso, permanência, retorno e sucesso escolar,  
102 promovendo direitos de aprendizagem no percurso educacional, com ênfase na  
103 superação das defasagens, prevenção, identificação, notificação e intervenção frente  
104 às diversas formas de violência por meio de articulação com a rede de proteção com  
105 vistas à redução de evasão e abandono escolar, o segundo objetivo é ampliar e



106 diversificar programas, projetos e ações relacionadas à cultura, esporte e lazer  
107 voltados para o atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias. Ações nesse  
108 eixo, como enfrentamento ao abandono escolar tem na deliberação 20/2021  
109 R\$3.000.0000 pra projeto de enfrentamento e abandono escolar da SEED, na  
110 deliberação 58/2021, apoio a programa projetos e serviços de fomento à cultura,  
111 esporte e lazer, incluindo atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas  
112 socioeducativas em meio aberto. Direito a brincar na deliberação 58/2021,  
113 R\$1.000.000,00 para garantia do material esportivo; R\$6.000.000,00 para  
114 apresentação de projeto de medidas socioeducativas em meio aberto; R\$3.000.000,00  
115 do centro da juventude; R\$1.940.000,00 para um fundo a fundo que vai trabalhar com  
116 as questões de enfrentamento à violência; na 06, R\$4.000.000,00 voltados à  
117 tecnologia assistiva às criança e adolescentes com deficiência pela entrada no eixo  
118 4.3 - inclusão digital e tecnológica para garantir direito à educação; 4.4 - apoio a  
119 programas, projetos e serviços de contraturno escolar com ênfase no desenvolvimento  
120 integral de crianças e adolescentes - eixo grande da 52/20. Ainda tem R\$5.000.000,00  
121 na deliberação 58/2021, fica sem tema específico mas vinculada à questão do  
122 contraturno e serviço de convivência; 6.7 - atendimento de crianças e adolescentes do  
123 gênero feminino, reservado recurso de R\$4.000.000,00 pro projeto de dignidade  
124 menstrual, R\$3.000.000,00 para essa mesma finalidade. Ações para serviço de  
125 convivência e fortalecimento de vínculos dentro das diretrizes da tipificação dos  
126 serviços socioassistenciais do CNAS, dentro da divisão aprovada pela deliberação 14,  
127 R\$5.000.000,00 pro serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, ficam 5 no  
128 contraturno e 5 no convivência. Das propostas que se tem agora da sociedade civil,  
129 tem dentro dessa linhas o enfrentamento ao abandono e evasão escolar num  
130 montante de R\$3.462.180,53 e medidas para conscientização e enfrentamento de  
131 drogas ilícitas no valor de R\$3.462.180,53. De proposição governamental temos nessa  
132 linha um somatório dentro do fia livre pra medidas socioeducativas em meio aberto no  
133 valor de R\$9.000.000,00 no eixo 2, entra na planilha anterior como liberdade cidadã,  
134 medidas socioeducativas em meio aberto. A proposta é fazer nos próximos meses  
135 uma apresentação de uma deliberação no valor de R\$15.000.000,00 pedindo mais  
136 R\$9.000.000,00 pra somar com os R\$6.000.000,00. Na garantia à educação para um  
137 público de pessoas com deficiência, por óbvias crianças e adolescentes, pede-se uma  
138 suplementação de R\$250.000.000,00 que aparece na outra planilha como a proposta  
139 dos parques acessíveis que entrou como mérito do banco de projetos, mas gostaria de  
140 fazer uma proposta para que passasse a compor com o FIA livre indo para discussão



141 nas câmaras. No eixo 5, profissionalização e proteção ao trabalho, o objetivo é  
142 fomentar implantação, implementação e continuidade dos programas de preparação  
143 para o mundo do trabalho, aprendizagem e qualificação profissional por meio de  
144 articulações parcerias e campanhas voltados à sensibilização do empresariado e com  
145 a financiamento dos municípios e organizações da sociedade civil ampliando a oferta  
146 de cursos e vagas para aprendizagem em especial a adolescentes em vulnerabilidade,  
147 situação de risco e pessoas com deficiência. O segundo objetivo é fortalecer  
148 programas de aprendizagem intersetorialmente nos órgãos de competência e controle  
149 social, em especial a Lei Estadual de Aprendizagem, nº 20597 de maio de 2021,  
150 diversificando parcerias e cofinanciamento para execução, ampliação de acesso e  
151 permanência do trabalho protegido e vagas em órgãos e empresas públicas e privadas  
152 voltados para a formação integral dos adolescentes. Tem-se mais R\$3.500.000,00 na  
153 58/2021 sem tema específico, mas reservado para essa linha. Tem também apoio a  
154 programas, projetos e serviços no enfrentamento ao trabalho infantil, sobrou dinheiro  
155 nessa linha no edital geral, houve pouca proposta de intervenção. As ações de  
156 preparação para o mundo do trabalho também aparecem com R\$5.000.000,00 já  
157 deliberados pela 06. Tem então como proposta ações para sensibilizar o empresariado  
158 para contratação de aprendizes, no valor de R\$3.462.180,53, e qualificação  
159 profissional e uma proposta de fundo a fundo no valor de R\$3.462.180,53. Eixo 6:  
160 objetivo é fortalecimento das estruturas do sistema de garantias de direitos das  
161 crianças e adolescentes, fortalecer o CEDCA, os CMDCA, os Conselhos Tutelares e  
162 as Organizações da Sociedade Civil por meio da instrumentalização técnica, melhoria  
163 das estruturas para o exercício das suas atribuições, sensibilização, mobilização e  
164 capacitação das redes de proteção com a participação de crianças e adolescentes. O  
165 segundo objetivo é implementar orçamento público com foco na criança e adolescente  
166 no estado do Paraná, estimular a implantação do orçamento criança pelos municípios.  
167 Neste eixo estratégico, já se tem o atendimento à criança e adolescente ameaçados  
168 de morte, deliberação 16 e 18/2021. Apoios a programas, projetos e serviços para  
169 implementação da lei 13.431 de 2017, ações de enfrentamento à violência, essa é a  
170 deliberação 44/2021. Também esse ano já se fez a deliberação para o combate a  
171 crimes virtuais por meio da deliberação 58/2021, uma parceria com a Secretaria de  
172 Estado de Segurança Pública, vias de formalizar MCO e reservou-se através da 06/22  
173 mais R\$1.500.000,00 para campanhas no combate e enfrentamento a violências.  
174 Apoios a programas, projetos e serviços de atendimento especializado à criança e  
175 adolescente vítimas de violência, abuso e exploração sexual, suas famílias e supostos



176 agressores..O eixo 7, com menos propostas do que poderia ter abraçado com o  
177 recurso. O aprimoramento de programas, projetos e serviços que estimulem o  
178 protagonismo juvenil e a participação infantil. Aqui não se colocou o número da  
179 deliberação, mas tem R\$1.200.000,00 reservados pro CPA, estamos trabalhando  
180 numa proposta dentro do DPCA. Ações de fortalecimento da sociedade civil para o  
181 controle social e instrumentalização técnica, melhoria da estrutura para exercício das  
182 suas atribuições, sensibilização, mobilização e capacitação das redes de proteção  
183 com participação de crianças e adolescentes - R\$1.069.837,92 deliberados pela  
184 06/2022, aprovados nessa divisão. Já se tem deliberado na 58/20021, R\$8.000.000,00  
185 pro fortalecimento dos conselhos tutelares, CMDCA's e CEDCA, 2 propostas já estão  
186 pautadas para essa reunião dentro desses R\$8.000.000,00, uma delas sobre a  
187 conferência e a outra sobre a suplementação aos recursos das obras dos conselhos  
188 tutelares. No começo do ano de 2022 foi deliberado R\$500.000,00 para obras dos  
189 conselhos tutelares, mas conforme adiantado ontem, teve embargo da solicitação, um  
190 reajuste das planilhas apresentadas nos orçamentos. Têm-se R\$1.500.000,00 para  
191 ações do plano decenal, R\$3.500.000,00 para atendimento de crianças indígenas e  
192 comunidades tradicionais pela 58/2021; R\$1.000.000,00 para ações da comissão de  
193 enfrentamento a violência pela deliberação 06; ainda nesse eixo, da sociedade civil  
194 uma proposta para ações de promoção de estudos, artigos e pesquisas no valor de  
195 R\$3.462.180,53, ações de incentivo a participação de crianças e adolescentes nos  
196 espaços de representação R\$4.847.052,74, implementação do orçamento criança  
197 R\$2.777.308,32. Quando se fala de garantir as linhas, não deixa de ser uma proposta  
198 técnica e é importante que se escute a preocupação da sociedade civil em ter  
199 isonomia e que todas as linhas sejam amparadas com novos repasses de recursos.  
200 Dentro das análises do governo, entendeu-se que no atual momento, como já há  
201 deliberação sem proposta em todos os eixos, que caberia aportar um volume maior de  
202 recursos em algumas linhas estratégicas, que fossem passíveis de execução ainda em  
203 2022 e este é um compromisso. Num repasse de recurso Fundo a Fundo a garantia de  
204 execução se dá pela emissão dos atestados de regularidade de conselho plano e  
205 fundo e de Conselho Tutelar, garantindo que havendo deliberação nesse conselho se  
206 faça com serenidade a viabilização desse recurso (desde 2019 não se trabalha com  
207 repasse fundo a fundo pros municípios que sofrem por conta das arrecadações  
208 menores nos anos de pandemia), pensando, sobretudo em municípios de pequeno  
209 porte 1 e 2 e médio. Juliana indaga os colegas sobre a possibilidade de investimento  
210 maior na segurança alimentar no momento.As conselheiras Nadir Aparecida Silva



211 (AAMEC), Ires Damian, Fernanda Crosewski (SESA) e Carmen Zadra (DPCA/SEJUF)  
212 reforçaram a prioridade da linha da Primeira Infância. A conselheira e chefe do DPCA,  
213 Juliany Santos informou que se pretende otimizar o que já existe, sem criar novas  
214 comissões e comitês para cada demanda, já que a prática fica comprometida. Busca-  
215 se dentro da Secretaria otimizar os recursos humanos, os instrumentos, ferramentas.  
216 Por exemplo, o Programa Nossa Gente está garantido em lei, criou ferramentas  
217 importantes de acompanhamento e monitoramento. Queremos visualizar, com esses  
218 indicadores, a evolução das famílias, o impacto com a injeção de recursos financeiros  
219 e orientação e apoio técnico para que o município tenha as diretrizes em relação  
220 aquilo que é prioritário, não apenas em uma área. O importante dessa parceria com o  
221 Programa Nossa Gente, é porque ele vincula outras Políticas Públicas preponderantes  
222 nesse entendimento, que precisam estar envolvidos para essa cobertura integral das  
223 necessidades da criança e adolescente. Já são 366 municípios envolvidos no  
224 Programa e 65 no Programa Criança Feliz. A prioridade da Primeira Infância vem da  
225 urgência da proteção nesse período de vida, mas isso se aplica a todas as crianças e  
226 adolescentes. Qualifica-se a rede, o olhar, o atendimento e isso se aplica a todas as  
227 outras idades. A conselheira, Ires traz a opinião de que o recurso de R\$5.000.000,00  
228 para o fortalecimento de vínculos é muito baixo. Juliana Sabbag responde informando  
229 que é preciso pensar em aportes de recursos mais significativos, porque se fazem  
230 repasses muito pequenos em que o esforço administrativo tanto de fazer o repasse  
231 quanto de o município executar são altos. A representante do CAOPACAE/MP, Dra.  
232 Daniele Tuotto ressaltou que se sabe da importância dos cuidados para a Primeira  
233 Infância e cobra que esses recursos se destinem, de fato, ao atendimento às crianças,  
234 e não a compra de carros, mesas, cadeiras, coisas que são de responsabilidade do  
235 município, do conselho tutelar, enquanto o Conselho deve promover ações de  
236 atendimento à primeira infância. Pede para que haja atenção especial para a criança  
237 com deficiência. O conselheiro Renann Ferreira (Guarda Mirim de Foz do Iguaçu)  
238 apresentou uma planilha comparando os recursos da sociedade civil com os recursos  
239 governamentais. O montante de valor comum chega a R\$3.500.000,00, em medida  
240 socioeducativa em meio aberto, no restante há um dissenso entre as duas propostas.  
241 Questiona se há alguma proposta para que se unam essas duas respostas  
242 apresentadas. Juliana Sabbag diz crer que seja um raciocínio diverso, ao invés de  
243 aportar escalonado por objetivo como a sociedade civil fez, entendeu que nesse  
244 momento como há aporte de recurso, não há linha ou ação que não tenha recurso  
245 para apresentação de propostas. Entende-se que nesse momento vale a pena focar



246 em ações específicas de execução em 2022.. As necessidades da infância mais  
247 urgente do PR hoje, que inclusive vieram no documento do Fórum DCA, são  
248 segurança alimentar e medidas socioeducativas de restrição e internação. Pensando  
249 em núcleos do que é possível executar entendendo que nesse momento é importante  
250 que se lembre de que há reserva de recurso para essa linha específica porque não há  
251 ações específicas no edital geral. O conselheiro Renann questiona diz que se todas as  
252 linhas propostas forem de prioridade, faltará dinheiro para tudo. Assim, sugere maior  
253 foco nas linhas e praticidade na sistematização das proposições levando em  
254 consideração o limite de recursos. A conselheira Débora dos Reis (APC) sugere ter  
255 cuidado ao tirar de outras linhas para compor esses R\$30.000.000,00 para a Primeira  
256 Infância. Juliana Sabbag ressaltou que a pretensão é trazer para discussão amanhã  
257 uma linha de repasses fundo a fundo em que se tem uma reserva de R\$11.940.000,00  
258 na deliberação 06/2012, e na 58/2021, R\$3.500.000 do direito ao brincar que também  
259 tem vínculo com a primeira infância. Não são recursos desalinhados. Mas se o  
260 colegiado entender que não é pertinente pode-se tirar esse recurso do FIA livre. A  
261 conselheira Amanda Querino dos Santos (APAE de Santo Antonio da Platina) sugere  
262 que se projete de forma independente a proposta da sociedade civil, para então  
263 debatê-la, depois analisar a proposta de planejamento de recursos dos conselheiros  
264 governamentais e então definir quais as urgências, baseados nas possibilidades de  
265 execução. A conselheira Juliany informou que todos os critérios e estudos realizados  
266 pelo DPCA serão expostos na Câmara específica no dia seguinte. Ainda resalta a  
267 importância de que o Conselho avalie as formas de execução de recursos, entenda  
268 quais os obstáculos de execução para então direcionar o recurso a uma linha  
269 compatível com a forma de execução possível. Com a realização de uma pausa na  
270 reunião e após as análises devidas, os conselheiros da SC apresentaram a seguinte  
271 proposta aprovada: EIXO LINHA DE AÇÃO VALOR: FONTE Eixo 1 - Atendimento a  
272 Primeira Infância - R\$ 16.000.000,00; 150/131 - Eixo 1- Enfrentamento a violência em  
273 cumprimento a Lei.13431/2017 - R\$ 2.500.000,00 - 150/131; Eixo 2 - Medidas das  
274 ações do DEASE -R\$ 6.500.000,00 - 150/131; Eixo 2 - Medidas socioeducativas em  
275 meio aberto - R\$ 7.244.199,48 - 284 - R\$ 4.386.893,21 - 150/131 R\$  
276 2.857.306,21; Eixo 2 -Ações para promoção dos aspectos de liberdade/participação da  
277 via familiar e comunitária, vida política e novas formas de organização coletiva - R\$  
278 2.500.000,00 - 150/131; Eixo 3 - Expansão do Programa Família Acolhedora - R\$  
279 3.500.000,00 - 150/13; Eixo 3 - Ações de Apoio as Famílias adotantes - R\$  
280 3.500.000,00 - 150/131; Eixo 3 - Ações para programas de Fortalecimento de vínculos





281 - R\$ 3.500.000,00 - 150/131; Eixo 4 - Ações para o atendimento em educação, cultura  
282 e esporte / situação de vulnerabilidade - R\$ 4.500.000,00 - 150/131; Eixo 4 - Garantia  
283 a Educação - público PCD - R\$ 2.000.000,00 - 150/13; Eixo 4 - Enfrentamento a  
284 evasão e ao abandono escolar - R\$ 2.500.000,00 - 150/131; Eixo 4 - Medidas de  
285 conscientização para o enfrentamento ao uso de dependência de drogas ilícitas R\$  
286 2.500.000,00 - 150/131; Eixo 5 -Ações para sensibilizar o empresariado para  
287 contratação de aprendizes - R\$ 2.500.000,00 -150/131; Eixo 5 - Qualificação  
288 Profissional Fundo a Fundo - R\$ 2.500.000,00 - 150/131; Eixo 6 - Implementação do  
289 OCA - R\$ 2.000.000,00 - 150/131; Eixo 6 - Ações para promoção de estudos, artigos e  
290 pesquisas; R\$ 2.500.000,00 150/131; Eixo 6 - Ações de incentivo a participação de  
291 crianças e adolescentes nos espaços de representação - R\$ 3.000.000,00 -150/131 –  
292 **TOTAL R\$ 69.244.199,48.** A presidente Juliana Sabbag encerrou a reunião  
293 agradecendo a presença de todos (as). Essa ata foi elaborada pela secretaria-  
294 executiva, Juliana Muller, e após a aprovação será publicada no Dioe e disponibilizada  
295 no site.